



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

EAP/2023 – 1º SARGENTO QP-PM E QPE-PM

(Edital DRH/CRS nº 05, de 16 de março de 2023)

GABARITO PRELIMINAR

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D
21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D

26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D
41ª QUESTÃO	A	B	C	D
42ª QUESTÃO	A	B	C	D
43ª QUESTÃO	A	B	C	D
44ª QUESTÃO	A	B	C	D
45ª QUESTÃO	A	B	C	D
46ª QUESTÃO	A	B	C	D
47ª QUESTÃO	A	B	C	D
48ª QUESTÃO	A	B	C	D
49ª QUESTÃO	A	B	C	D
50ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 17 de julho de 2023.

(a) WILLDRÉ LUIZ DOS SANTOS FORTUNATO, TEN CEL PM
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



**EXAMES DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS 1ºs TENENTES DO QO-PM, QOC, QOE E QOS
E PARA OS 1ºs E 3ºs SARGENTOS DO QP-PM E DO QPE-PM PARA O ANO DE 2023.**

**EAP/2023 – 1º SARGENTO QP-PM E QPE-PM
(Edital DRH/CRS nº 05/2023, de 16 de março de 2023)**

Legislação Jurídica – Legislação Institucional – Doutrina Operacional

NOME: _____
CPF: _____ **IDENTIDADE:** _____
Nº PM: _____ **SALA:** _____
DATA: _____

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Prova sem consulta.
3. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões, valendo 2,00 (dois) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma opção de resposta.
5. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta). É proibido utilizar lápis, lapiseira ou similares e borracha.
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas da prova, sendo que questões rasuradas, bem como as em branco ou com mais de uma marcação não serão computadas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 3 (três) horas, das 8h30min até as 11h30min: resolução da prova objetiva e preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o porte/posse de lápis, lapiseira, borracha, de aparelhos e equipamentos eletrônicos, computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos, chaves ou outros similares.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, no intervalo de tempo abrangido dentro da 2ª (segunda) hora de realização da prova, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de prova depois de transcorridas duas horas e trinta minutos do início da aplicação.
11. Ao final da prova, caso o candidato não leve consigo o caderno de prova, este deverá ser entregue ao aplicador juntamente com a folha de respostas da prova objetiva, ambos devidamente preenchidos, conferidos e assinados.
12. O gabarito da prova objetiva será publicado no site do CRS (<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/crs>) e servirá de base/objeto para o recurso.

Assinatura do Candidato

LEGISLAÇÃO JURÍDICA

1ª QUESTÃO – Em relação às previsões constantes no **Código Penal Militar – Decreto-lei nº 1.001/69**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Promover a reunião de policiais militares para discussão de ato de superior e publicar sem licença documento oficial são exemplos de crimes militares punidos com detenção e previstos no capítulo da Insubordinação.
- B.() No crime de provocação direta ou auxílio a suicídio não há previsão de penalidade de agente que, mesmo não se consumando o suicídio, infrinja reiteradamente maus tratos à pessoa sob sua autoridade que cometeu o respectivo suicídio não consumado.
- C.() Nos crimes de lesão corporal, a lesão grave pode ser caracterizada pela incapacidade para ocupações habituais, por mais de 30 dias. A lesão leve pode ser considerada infração administrativa. A lesão culposa pode ter a pena agravada se resulta a morte da vítima.
- D.() Para a configuração do crime de maus tratos previsto no artigo 213, a pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, deve ser necessariamente militar.

2ª QUESTÃO – Conforme previsões do **Código Penal Militar – Decreto-lei nº 1.001/69**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Independente de dano a outra pessoa, revelar sem justa causa segredo de que tem ciência em razão da função exercida em quartel da polícia militar configura o crime de violação de segredo profissional.
- B.() No crime de calúnia admite-se a prova da verdade para exclusão do crime, não se admitindo entretanto, se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.
- C.() A apropriação de coisa alheia móvel vindo ao poder de militar por força de caso fortuito ou acidente ocasiona isenção de pena no crime de apropriação indébita simples.
- D.() No crime com conduta de deixar de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo, a pena é variada de acordo com a indulgência ou negligência na prática do fato. Há previsão no respectivo artigo de aumento de pena para os casos de infração que resulte lesão corporal ou resultado morte.

3ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Código Penal Militar – Decreto-lei nº 1.001/69**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() No crime militar, para ser considerado praticado o crime, o momento da ação ou omissão deve coincidir com o momento do resultado.
- B.() Em razão de sua dispensa definitiva de atividades militares, não há casos em que o militar reformado possa incorrer em cometimento de crime militar.
- C.() Pode ser considerado como crimes militares, em tempo de paz, os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.
- D.() Conforme previsões constantes no Código Penal Militar, civil não comete crime militar.

4ª QUESTÃO – Com respaldo na **Lei nº 13.869/19, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade**, marque a opção que constitui o crime de **Violência Institucional**:

- A.() Constranger, sob violência ou grave ameaça, funcionário ou empregado de instituição hospitalar pública ou privada a admitir para tratamento pessoa cujo óbito já tenha ocorrido, com o fim de alterar local ou momento de crime, prejudicando sua apuração.
- B.() Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a exhibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública, submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei, produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro.
- C.() Deixar de identificar-se ou identificar-se falsamente ao preso, mediante violência ou grave ameaça, por ocasião de sua captura ou quando deva fazê-lo durante sua detenção ou prisão.
- D.() Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência ou outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização.

5ª QUESTÃO – Em relação à **Lei nº 13.869/19, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade**, considere o tipo penal de seu art. 28 – “Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada ou ferindo a honra ou a imagem do investigado ou acusado” –, e assinale a alternativa **CORRETA**:

- A.() Ainda que o Policial Militar tenha divulgado a gravação sem a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, esta infração poderá ser punida a título de culpa.
- B.() Como a divulgação da gravação pode afetar a intimidade ou a honra da pessoa, a ação penal para este tipo de delito dependerá da representação do ofendido.
- C.() Se um policial militar for reincidente no tipo penal acima poderá ensejar a perda do cargo ao réu condenado.
- D.() A pena prevista para este crime deverá levar em consideração a sanção de natureza cível por danos morais, tendo em vista que ninguém pode ser julgado duas vezes pelo mesmo delito.

6ª QUESTÃO – Com base na **Lei n. 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Comete o crime de abuso de autoridade quem deixa de comunicar, imediatamente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada.
- B.() Negar ao interessado acesso ao procedimento investigatório de infração administrativa, ressalvado o acesso a peças relativas a diligências em curso, ou que indiquem a realização de diligências futuras, não constitui crime de abuso de autoridade.
- C.() Divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas configura abuso de autoridade.
- D.() A sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em legítima defesa não faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar.

7ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo do **Decreto Lei nº 4.657/42, Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro**, analise as assertivas adiante e, em seguida, responda o que se pede:

- I. Para que uma sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil, não é necessário ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- II. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia e os princípios gerais de direito, não podendo levar em consideração os costumes.
- III. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, terão eficácia no Brasil quando chegarem a ofender a ordem pública.
- IV. Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
- V. Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

É **CORRETO** afirmar que:

- A.() Todas as assertivas são verdadeiras.
- B.() Duas das assertivas são falsas.
- C.() Três das assertivas são falsas.
- D.() Apenas uma das assertivas é falsa.

8ª QUESTÃO – Conforme o **Decreto-Lei nº 4.657/42, Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.() O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
- B.() Não conhecendo a lei estrangeira, não poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.
- C.() Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- D.() É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

9ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Código Penal Brasileiro – Decreto-lei nº 2.848/40**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Pode ser entendido como discriminante putativa o erro plenamente justificado pelas circunstâncias, que, se supõe situação de fato que, se existisse, tornaria ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e há previsão de punição por crime culposos.
- B.() O consentimento da gestante para a realização de aborto por terceiro é fator de redução de pena no crime de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.
- C.() No crime de lesão corporal, quando o agente comete o crime sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, pode haver aplicação de isenção da pena pelo juiz.
- D.() O crime de exposição ou abandono de recém-nascido, para se configurar, é necessário que o fato ocorra em local ermo ou resulte lesão corporal.

10ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Código Penal Brasileiro – Decreto-lei nº 2.848/40**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução, mesmo tendo o crime se consumando, terá a pena diminuída de 1/3.
- B.() A relevância penal da omissão está relacionada ao dever e ao poder em agir para evitar o resultado. No caso da pessoa que assume a responsabilidade de impedir o resultado, pode ter sua omissão considerada relevante.
- C.() O erro sobre a pessoa contra a qual o crime é praticado isenta o agente de pena.
- D.() No caso do erro sobre a ilicitude do fato, considera-se evitável o erro se o agente atua consciente da ilicitude do fato.

11ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Código Penal Brasileiro – Decreto-lei nº 2.848/40**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Para configuração do crime de resistência previsto no caput do art. 329 do CPB, é necessário que o ato contra o qual ocorra a resistência não seja executado.
- B.() Configura o crime de descaminho a venda, no exercício de atividade comercial, mercadoria com validade vencida.
- C.() Com a nova reconfiguração da norma, para configuração do crime de desobediência há necessidade de violência ou grave ameaça por parte do autor.
- D.() No crime de corrupção ativa, em razão da vantagem ou promessa, se o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional, o autor tem a pena aumentada de 1/3.

12ª QUESTÃO – Com base no **Código de Processo Penal - Decreto-lei nº 3.689/41**, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A.() Compete especialmente ao juiz de garantias decidir sobre os requerimentos de busca e apreensão domiciliar.
- B.() O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais.
- C.() Ao juiz de garantias compete julgar o habeas corpus impetrado antes do oferecimento da denúncia.
- D.() Compete ao juiz de garantias o controle de legalidade das condenações em 1ª instância.

13ª QUESTÃO – Com base no **Código de Processo Penal - Decreto-lei nº 3.689/41**, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A.() No que se refere às medidas cautelares, o juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida, substituí-la bem como voltar a decretar quando verificar a falta de motivo para que subsista ou se sobrevierem razões que a justifiquem.
- B.() As medidas cautelares previstas no TÍTULO IX do CPP “DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA” não se aplicam à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade.
- C.() No caso de prisão em flagrante, se o juiz verificar que o agente é reincidente ou que porta arma de fogo de uso restrito, deverá poder denegar a liberdade provisória, desde que não seja possível aplicar medidas cautelares.
- D.() O militar preso em flagrante delito, após a lavratura dos procedimentos legais, será recolhido a quartel da instituição a que pertencer, onde ficará preso à disposição das autoridades competentes.

14ª QUESTÃO – O 1º Sargento PM Mévio, atualmente lotado na Seção de Captação e Execução de Recursos da Instituição Policial Militar na qual exerce sua função pública, celebrou, com o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal, convênio que visa executar recurso de Emenda Parlamentar para compra de 50 (cinquenta) viaturas policiais semiblandadas. A cláusula 68ª (sexagésima oitava) do referido instrumento previa a obrigatoriedade de prestação de contas do conveniente, contudo, após o término da vigência do convênio, o 1º Sgt PM Mévio, que também era o responsável pela referida prestação de contas, em acerto de vontade com Sr. Tício, que é sócio da empresa que venceu a licitação e forneceu as viaturas, deixou de prestar contas do referido convênio.

De acordo com a **Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa**, bem como as considerações trazidas na narrativa da questão, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A.() O 1º Sgt PM Mévio está sujeito às sanções de improbidade administrativa apenas se ficar demonstrado que o militar deixou de prestar contas intencionalmente, ainda que ausente a intenção de ocultar irregularidades.
- B.() O Sr. Tício não irá responder pelo ato de improbidade administrativa, recaiando responsabilidade apenas na pessoa jurídica da empresa de qual é sócio, mesmo que ele tenha recebido benefício direto.
- C.() O 1º Sgt PM Mévio está sujeito às sanções de improbidade administrativa apenas se ficar demonstrado que o militar deixou de prestar contas intencionalmente com vistas a ocultar irregularidades.
- D.() O Sr. Tício irá responder pelo ato de improbidade administrativa, não recaiando qualquer responsabilidade na pessoa jurídica da empresa de qual é sócio, mesmo que ele não tenha recebido qualquer benefício direto.

15ª QUESTÃO – De acordo com a **Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa**, das alternativas abaixo, marque a alternativa que contém ato de improbidade administrativa que **importa em enriquecimento ilícito**.

- A.() Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial da Administração Pública.
- B.() Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição da Administração Pública, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essa entidade.
- C.() Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
- D.() Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

16ª QUESTÃO – Marque alternativa **INCORRETA**. Com base no **Código de Processo Penal Militar - Decreto-lei nº 1.002/69**, logo que tiver conhecimento da prática de infração penal militar, verificável na ocasião, o oficial responsável por comando, direção ou chefia, ou aquele que o substitua ou esteja de dia, de serviço ou de quarto, deverá, se possível:

- A.() Aguardar a audição formal do autor para decidir sobre sua prisão, ainda que seja encontrado em flagrante delito, observados os pressupostos de ampla defesa e contraditório.
- B.() Dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e a situação das coisas, enquanto necessário.
- C.() Apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato.
- D.() Colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

17ª QUESTÃO – Nos termos da **Lei Estadual nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e suas alterações - EMEMG**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() É vedado aos militares da ativa exercerem, diretamente, a gestão de seus bens.
- B.() Os militares da ativa titulados não podem exercer atividades técnico-profissionais no meio civil.
- C.() Os títulos, postos, graduações e uniformes da Polícia Militar são de uso privativo apenas dos militares da ativa.
- D.() O militar da ativa que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, será transferido para a reserva ou reformado com os direitos e deveres definidos nesta lei.

18ª QUESTÃO – Sobre os vencimentos e vantagens, nos termos da **Lei Estadual nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e suas alterações - EMEMG**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.() Vencimento é o quantitativo em dinheiro devido ao militar em serviço ativo e provento da inatividade é a remuneração devida ao militar da reserva ou reformado.
- B.() Independente do prazo de afastamento temporário do substituído, o militar no desempenho de cargo, encargo ou função atribuída privativamente a posto ou graduação superior ao seu, perceberá o vencimento correspondente a esse posto ou graduação.
- C.() A partir da data da deserção cessa o direito do militar aos vencimentos da ativa.
- D.() O militar em licença para tratar de interesses particulares não perceberá soldo nem vantagens.

19ª QUESTÃO – Com base na **Lei Estadual nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais**, e na **Resolução Conjunta nº 4.220, de 28 de junho de 2012, que aprova o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais - MAPPA**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() O policial militar que presenciar ou tomar conhecimento de transgressão disciplinar praticada por outro militar mais antigo ou de maior grau hierárquico poderá encaminhar relatório reservado e fundamentado à autoridade imediatamente superior ou órgão Corregedor da Polícia Militar de Minas Gerais, contendo inclusive meios para demonstrar os fatos.
- B.() Caso a autoridade que aplicou a sanção disciplinar decida reconsiderar a sua decisão, ao receber um recurso disciplinar, deverá ouvir o Conselho de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade.
- C.() Decorridos 5 (cinco) anos de efetivo exercício a contar da data de publicação da última transgressão, o militar sem nenhuma outra punição terá suas punições anuladas automaticamente, suprimidas do registro de alterações do militar, proibida qualquer referência a elas, a partir do ato de anulação.
- D.() Para a concessão de comendas concedidas pela Instituição o ato deverá ser motivado não sendo necessário ouvir o Conselho de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade.

20ª QUESTÃO – Conforme a **Resolução nº 4.234, de 11 de dezembro de 2012, que estabelece procedimentos e competência para a proposição, formalização, celebração, execução e prestação de contas de convênios e outros instrumentos congêneres no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Em todos os convênios celebrados pela Polícia Militar de Minas Gerais o foro indicado será o de Belo Horizonte/MG.
- B.() A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para realização das despesas poderão ter início após os pareceres favoráveis das Assessorias Jurídicas dos órgãos celebrantes do convênio.
- C.() As Unidades da Polícia Militar de Minas Gerais somente poderão ceder o espaço físico do estande de tiro sob sua administração a outros órgãos mediante indenização dos custos e desde que não acarrete prejuízo às atividades ordinárias da Unidade.
- D.() A aquisição de equipamentos e materiais permanentes, mediante recursos provenientes de convênios é de responsabilidade do responsável pelo convênio sem necessidade de autorização do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais.

21ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo na **Resolução nº 4.745, de 19 de novembro 2018 - CG, que trata dos procedimentos operacionais para lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrências - TCO - pela Polícia Militar de Minas Gerais**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.() Se o autor de crime de menor potencial ofensivo apresentar documento que seja insuficiente para identificá-lo cabalmente, será conduzido à delegacia da Polícia Civil mesmo que forneça elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.
- B.() Nos atos infracionais e nas lesões corporais culposas na direção de veículo automotor não serão lavrados, em regra, o REDS-TC.
- C.() Identificado no local que se trata de uma infração penal de menor potencial ofensivo, o policial militar responsável pelo registro do REDS-TC deverá cientificar o Coordenador do Policiamento, onde houver.
- D.() É permitida a lavratura de REDS-TC para as infrações penais de menor potencial ofensivo referentes aos crimes ambientais e aos crimes de trânsito.

22ª QUESTÃO – Sobre as recompensas, com base na **Lei Estadual nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais - CEDM**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.() A inexistência de sanções disciplinares não configura razão para concessão de recompensa.
- B.() O Governador do Estado não tem competência legal para conceder a recompensa de dispensa de serviço aos militares estaduais.
- C.() As recompensas serão pontuadas positivamente conforme a natureza e as circunstâncias dos fatos que as originaram sendo que todas as comendas previstas no CEDM concedidas pelas Instituições Militares serão pontuadas com 3 (três) pontos cada.
- D.() Um Comandante de uma Companhia PM Independente tem competência legal para conceder elogio individual, nota meritória, dispensa de serviço por até 10 (dez) dias e cancelamento de punições.

23ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo da **Resolução nº 4.745, de 19 de novembro 2018 - CG, que trata dos procedimentos operacionais para lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrências - TCO – pela Polícia Militar de Minas Gerais**, analise as assertivas abaixo:

- I. Consideram-se infrações penais de registro imediato aquelas com localização e prisão/detenção do(s) autor(es), em flagrante.
- II. Nas situações em que não são permitidas a lavratura do REDS-TC, deverão ser lavrados REDS endereçados ao Juiz de Direito da Comarca e não ao Juizado Especial Criminal.
- III. As Unidades deverão diligenciar para que a Central de Registro de Eventos de Defesa Social - Termo Circunstanciado seja monitorada por câmeras de vídeo com gravação.
- IV. A identificação correta das infrações penais de menor potencial ofensivo é uma atividade crítica durante o atendimento de uma ocorrência.

Analisando as assertivas acima é **CORRETO** afirmar que:

- A.() As quatro assertivas são falsas.
- B.() Apenas duas das assertivas são falsas.
- C.() Apenas uma das assertivas é falsa.
- D.() Apenas três das assertivas são falsas.

24ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo da **Instrução Conjunta de Corregedorias nº 02 (ICCPM/BM nº 02/14), de 3 de fevereiro de 2014, que estabelece padronização sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Nos locais em que não houver representante da Corregedoria/Subcorregedoria, a equipe da Seção de Inteligência deverá ser acionada pelo Coordenador do Turno para acompanhar uma ocorrência na qual a intervenção policial resultou na morte de um suposto infrator.
- B.() A Guarnição PM responsável pelo registro do boletim de ocorrência relativo ao crime militar deverá socorrer a vítima, com a sua remoção segura à unidade de saúde mais próxima ou unidades de socorro especializadas, se essa situação não representar iminente risco de morte.
- C.() Para a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, a nomeação e compromisso do escrivão deve ser elaborada pela Autoridade de Polícia Militar Judiciária Delegante (Comandante).
- D.() Se ao final da lavratura do Auto de Prisão em Flagrante a Autoridade de Polícia Judiciária Militar verificar a manifesta inexistência da infração penal militar ou a não participação do conduzido em sua prática, deverá determinar o seu arquivamento.

25ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo da **Instrução Conjunta de Corregedorias nº 02 (ICCPM/BM nº 02/14), de 3 de fevereiro de 2014, que estabelece padronização sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O comparecimento espontâneo de alguém que não seja investigado ou indiciado impedirá a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, mesmo que presentes os seus requisitos.
- B. () A interceptação telefônica só poderá ser requerida diretamente ao Juiz de Direito do Juízo Militar competente pela Autoridade de Polícia Judiciária Militar Delegante e somente nas investigações punidas com crimes de reclusão.
- C. () Nos casos em que não se consegue determinar qual dos militares que, em flagrante delito, agindo em concurso de agentes, cometeu crime, será instaurado um Inquérito Policial Militar.
- D. () A notícia de fato previsto como crime doloso contra a vida, praticado por militar em serviço ou agindo em razão da função, contra civil, será investigada pela Polícia Judiciária Militar, por intermédio de Inquérito Policial Militar ou Auto de Prisão em Flagrante.

26ª QUESTÃO – Em relação à **Resolução Conjunta nº 4.220, de 28 de junho de 2012, que aprova o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais - MAPPA**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.() A contagem do prazo para conclusão do Relatório de Investigação Preliminar - RIP - inicia-se no dia posterior ao recebimento do despacho e se encerra computando-se o dia do prazo final. Em casos excepcionais, dependendo da urgência e conveniência administrativa, a autoridade competente poderá estipular prazo inferior a 15 (quinze) dias corridos, desde que seja igual ou superior a 5 (cinco) dias corridos.
- B.() O prazo para elaboração do Processo de Comunicação Disciplinar - PCD - será de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da documentação pelo encarregado, prorrogáveis por 10 (dez) dias corridos, a pedido ou por determinação da autoridade competente, não se computando os prazos destinados à defesa.
- C.() O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar Sumário - PADS - será de 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias corridos.
- D.() O prazo regulamentar para elaboração da Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD - é de 30 (trinta) dias corridos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) dias corridos em casos de necessidade, pela autoridade militar delegante, quando tempestivo e devidamente motivado pelo sindicante.

27ª QUESTÃO – Considerando o previsto na **Instrução Conjunta de Corregedorias nº 01 (ICCPM/BM nº 01/14), de 3 de fevereiro de 2014, que estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG**, acerca da Disponibilidade Cautelar, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A.() A disponibilidade cautelar deve ser entendida como medida administrativa temporária, não sancionatória, e se presta, exclusivamente, a retirar o militar do exercício das funções do local onde ocorreu o fato.
- B.() A autoridade que solicitar a disponibilidade cautelar deverá, em seu pedido, sugerir o local de seu cumprimento, bem como especificar a duração da medida, com observância do prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- C.() A disponibilidade cautelar é medida administrativa disciplinar aplicada exclusivamente pelo Comandante-Geral e, em hipótese alguma, tem o condão de cercear a liberdade do militar.
- D.() O Ato de disponibilidade cautelar deverá ser publicado em BGPM/BGBM Reservado, para não prejudicar a investigação e/ou evitar possível constrangimento do militar que cumprirá a medida.

28ª QUESTÃO – Carta Precatória consiste em um documento que tem por objetivo requisitar diligência que deva ser cumprida em localidade diversa daquela em que foi instaurado o processo ou procedimento administrativo. De acordo com a **Resolução Conjunta nº 4.220, de 28 de junho de 2012, que aprova o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais - MAPPA**, e considerando as minúcias sobre a expedição da Carta Precatória, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.() O sindicato/acusado ou seu defensor serão notificados, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, acerca da data e local onde será cumprida a diligência constante da carta precatória.
- B.() Recebida a carta precatória, deverá a autoridade deprecada designar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, militar sob o seu comando para a realização das diligências, observando-se o grau hierárquico em relação ao militar sindicado/acusado.
- C.() A carta precatória será expedida diretamente pelo encarregado (deprecante), ao comandante, diretor ou chefe (deprecado) da localidade onde se encontrar a pessoa a ser ouvida.
- D.() A expedição da carta precatória, por si só, não suspende ou interrompe o andamento do processo. Poderá o encarregado, quando não tiver outras diligências a serem desenvolvidas, solicitar o sobrestamento dos autos, até a resposta da autoridade deprecada.

29ª QUESTÃO – A **Resolução nº 5.135, de 8 de outubro de 2021, prescreve que o porte de arma de fogo, com validade em âmbito nacional, é inerente à condição de militar, sendo deferido em razão do desempenho das suas funções institucionais**. Sobre o porte e utilização de arma de fogo, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

- I. É vedado o porte de arma de fogo no interior de estádios desportivos, não estando o militar em serviço.
- II. É proibida a utilização de arma de fogo particular em serviço operacional, salvo em casos excepcionais, quando devidamente autorizado pelo coordenador do policiamento ou pelo comandante da operação.
- III. O militar da ativa com licença ou dispensa saúde do uso ou manuseio de armamento vigente no ato de sua transferência para a reserva remunerada ou reforma deverá ser submetido à avaliação de saúde para obter o direito ao porte de arma de fogo.
- IV. O porte de arma de fogo do militar da reserva remunerada ou reformado terá validade de 10 (dez) anos.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A.() I e IV, apenas.
- B.() II e III, apenas.
- C.() I, III e IV, apenas.
- D.() I, II, III e IV.

30ª QUESTÃO – Considerando o disposto na **Resolução nº 5.136, de 8 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Cautela Fixa de Arma de Fogo - CFAF - pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.() O militar que se envolver em ocorrência de gravidade, em serviço ou fora dele, ou apresentar sinais de transtorno mental ou comportamental que possa implicar em restrição para a CFAF, deverá ser encaminhado, por seu chefe direto, para avaliação de saúde.
- B.() Ao militar que se envolver em ação legítima, da qual resultar em apreensão da arma de fogo institucional, poderá ser concedido nova CFAF, de imediato, a critério do Comandante e observados os demais requisitos, permanecendo válida a documentação inicial.
- C.() A revogação, suspensão ou cassação da autorização para a CFAF da PMMG não constitui medida punitiva e, portanto, não elide a eventual aplicação das sanções disciplinares por infrações administrativas praticadas.
- D.() O militar terá a CFAF suspensa quando for surpreendido portando arma de fogo, em serviço ou em trânsito, com sintomas de estar alcoolizado ou sob efeito de substância entorpecente.

31ª QUESTÃO – Em relação à **Resolução nº 5.139, de 25 de outubro de 2021, que aprova o Manual de Gestão de Imóvel da Polícia Militar de Minas Gerais**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.() Os imóveis do Estado são isentos da Taxa de Recolhimento de Resíduos Sólidos, devendo a Unidade responsável esclarecer tal circunstância ao executivo municipal.
- B.() Toda realização de obra em imóvel sob a responsabilidade da PMMG, como ampliação, recuperação ou reforma, que implique em alteração do projeto estrutural e fachadas das instalações físicas já existentes, independentemente da origem dos recursos, será obrigatoriamente precedida da elaboração dos projetos técnicos necessários, que serão analisados pela Diretoria de Apoio Logístico - DAL.
- C.() Nos imóveis classificados como residências funcionais ou não funcionais, a responsabilidade pelo recolhimento da Taxa de Resíduos Sólidos será do militar ocupante do imóvel.
- D.() A gestão central de todo o patrimônio imobiliário estadual é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG.

32ª QUESTÃO – Em relação à **Resolução nº 5.142, de 22 de novembro de 2021, que aprova o Manual de Gerenciamento de Frota da Polícia Militar de Minas Gerais**, no que se refere ao Procedimento Administrativo de Viatura - PAV, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.() Se do acidente resultar vítima (militar ou civil), deverá ser instaurada portaria de Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD - para apurar as responsabilidades, guardado o devido processo legal.
- B.() O PAV tramitará totalmente em meio eletrônico (Sistema de Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais – SICOR), sem a necessidade de impressão de documentos. Os documentos que tiverem de ser produzidos ou preexistirem em meio físico serão digitalizados e oportunamente anexados ao PAV.
- C.() Havendo indícios de transgressão disciplinar, a Unidade deverá proceder à instauração do Processo de Comunicação Disciplinar - PCD, que seguirá os ritos e modelos referenciais do MAPPA (Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais).
- D.() Na ausência de elementos que justifiquem a instauração de processo acusatório ou o arquivamento prévio dos autos, deverá a Unidade instaurar Relatório de Investigação Preliminar - RIP.

DOCTRINA OPERACIONAL

33ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.03/2020-CG, que regula a blitz policial no âmbito da PMMG**, marque a assertiva **CORRETA**:

- A.() Tendo em vista que a finalidade da operação blitz consiste na abordagem de veículos e seus ocupantes e na realização de checagens e vistorias em geral, o local onde será realizado a operação poderá ser definido aleatoriamente, com o objetivo da abordagem do maior número de veículos possíveis.
- B.() O PM Comandante faz cumprir o planejamento, orienta a equipe para que sejam atingidos os resultados propostos e corrige as falhas que porventura possam ter ocorrido.
- C.() Após a instalação do dispositivo operacional da blitz, o policial militar deverá manter total sigilo sobre a operação desencadeada e ainda que haja condições favoráveis ao contato e interação com a população, deverá se abster de quaisquer informações atinentes a importância e benefícios da operação naquela localidade.
- D.() O PM Vistoriador será o responsável pela realização da busca pessoal nos passageiros e busca no veículo abordado durante a intervenção.

34ª QUESTÃO – De acordo com o **Manual Técnico Profissional nº 3.04.04/2020-CG**, que regula a abordagem a veículos no âmbito da PMMG, o posicionamento das viaturas é um fator importante para proporcionar maior segurança aos policiais militares, melhorar a visualização do veículo abordado, bem como facilitar o processo de verbalização.

Assim, assinale “V” para a assertiva verdadeira e “F” para a assertiva falsa e, ao final, marque a alternativa **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- () A Tática de Posicionamento Paralelo deve ser empregada em abordagens nível 1, as quais tem caráter educativo ou assistencial, ou ainda em operações preventivas com parada de veículos para fiscalização de documentos e equipamentos obrigatórios.
- () Na Tática de Posicionamento Paralelo a viatura será posicionada de 3 (três) a 5 (cinco) metros de distância do veículo abordado de forma diagonal em relação à via, com a parte frontal voltada para o sentido da via.
- () A Tática de Posicionamento Diagonal permite a formação de uma área de segurança, onde a viatura será utilizada como abrigo, tendo em vista a proteção por ela oferecida em razão do bloco de motor, rodas e demais partes maciças.
- () A Tática de Posicionamento Diagonal proporciona um melhor controle visual (pontos de foco e pontos quentes) das portas e janelas do veículo, sem a necessidade de exposição do militar na área de risco.

- A.() V, V, F, V.
- B.() F, V, V, V.
- C.() V, F, V, V.
- D.() F, F, V, F.

35ª QUESTÃO – De acordo com o **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.05/2020-CG**, que regula as escoltas policiais e conduções diversas no âmbito da PMMG, a escolta é uma operação policial caracterizada pela conjugação de técnicas e táticas, executada por um grupo determinado de policiais, com ou sem participação de outras instituições, destinada a efetuar, de forma dinâmica ou estática, a custódia de pessoas, bens e valores. Assim, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Durante a realização de escolta de torcidas organizadas, a equipe policial militar destacada para essa atividade deverá acompanhá-las, via de regra, por todo o percurso.
- B.() Quanto a complexidade, a escolta extraordinária é aquela solicitada com antecedência pela autoridade competente e, dessa forma, exige planejamento específico no que se refere aos recursos logísticos e humanos empregados. Essa atividade deverá ser executada, preferencialmente, por policiais pertencentes às Unidades Especializadas.
- C.() Para a efetividade no desenvolvimento das atividades de escolta, faz-se necessário a definição de funções e atribuições para os participantes, podendo se alterar conforme a missão, sendo elas: Avançado, Varredura, Pontas/Batedores, Regulador, Alas, Viatura de Segurança, Ambulância e Cerra-Fila.
- D.() Durante a realização da escolta, caso haja atentado ou tentativa de arrebatamento do escoltado, o comandante da escolta deverá interromper imediatamente o deslocamento com a finalidade de rechaçar a injusta agressão e preservação da integridade física de todos envolvidos.

36ª QUESTÃO – De acordo com a **Resolução nº 4.827, de 26 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Portfólio de Serviços da PMMG, o serviço de Radiopatrulha (Rp)** – consiste no patrulhamento em que dois policiais militares atuam no processo motorizado, em veículo de quatro rodas, realizando o patrulhamento preventivo e o atendimento de ocorrências, a partir de iniciativa de intervenção e de pedidos formulados diretamente pela comunidade ou mediante empenho pelo sistema de teleatendimento de emergência policial, por rádio digital e/ou 190 Smart. Nesse sentido, assinale a alternativa **CORRETA** que apresenta uma das variáveis operacionais do serviço de Radiopatrulha (Rp):

- A.() Patrulha de Operações (POp).
- B.() Ciclopatrulha (Cp).
- C.() Patrulha de Prevenção ao Homicídio (PPH).
- D.() Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD).

37ª QUESTÃO – De acordo com a **Instrução nº 3.03.08/2022 – CG, que regula a atuação da Patrulha Rural**, a execução do policiamento no meio rural, por intermédio das Patrulhas Rurais, se dará com ênfase na ação preventiva e com base na filosofia de Polícia Comunitária. O patrulhamento ostensivo, rotineiro e sistemático na zona rural proporciona a prevenção às ações delituosas, mediante a antecipação à ocorrência de crimes.

Nesses termos, analise as assertivas abaixo:

- I. É desejável que o Policial Militar atuante nesse serviço possua o curso de Patrulha Rural.
- II. A administração de conflitos, caracterizada como a capacidade para administrar situações rotineiras e adversas, alcançando um resultado favorável na resolução de problemas, atua como predicado inerente ao policial militar componente da Patrulha Rural.
- III. Os integrantes da Patrulha Rural deverão manter estreito relacionamento comunitário com os proprietários e produtores rurais de modo que possam obter informações hábeis a subsidiar planejamentos, reuniões, ações e operações policiais militares em toda a extensão territorial sob sua responsabilidade.
- IV. Visando agregar as lideranças em cada localidade e facilitar o encaminhamento das necessidades respectivas, poderão ser implementados os Conselhos Comunitários de Segurança Pública Rurais.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A.() I, II e III, apenas.
- B.() I e IV, apenas.
- C.() II e III, apenas.
- D.() I, II, III e IV.

38ª QUESTÃO – De acordo com o **Memorando nº 30.102.2/2022-EMPM, de 19/09/2022 - Fundada suspeita em abordagens, busca pessoal, veicular e domiciliar**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A.() O acesso a conteúdo de telefone celular só pode ocorrer com autorização judicial ou expressa autorização do usuário do aparelho.
- B.() A evasão do local, acelerar os passos ou modificar a direção de deslocamento logo após avistar a presença policial não é causa suficiente que permita ao policial militar proceder à busca pessoal baseada na fundada suspeita.
- C.() O Disque Denúncia Unificado (DDU) é instrumento hábil que permite ao policial militar a entrada em domicílio sem o consentimento do morador.
- D.() No caso da busca pessoal ou veicular não culminar na identificação de objeto ilícito, tendo a atuação baseada em indícios concretos e objetivos (justa causa), o policial militar incorrerá em crime de abuso de autoridade.

39ª QUESTÃO – A Diretriz Nº 3.01.01/2019-CG – Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais (DGEOp) tem como objetivo geral estabelecer as diretrizes do Comando-Geral para o planejamento, execução, coordenação, controle e otimização das atividades operacionais de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, desenvolvido em um sistema metodológico único, aplicável em vários cenários de atuação da PMMG. Dentro do que prevê a Diretriz citada, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() O Comando de Aviação do Estado (ComAvE), é uma Unidade de Direção Operacional, equiparada ao nível de Batalhão, comandada por Tenente-Coronel, com ascendência hierárquica imediata às Unidades de Execução Operacional de Radiopatrulhamento Aéreo, cuja sede encontra-se na Capital do Estado.
- B.() Para fins de planejamento, comando, coordenação, execução e controle, as Unidades da PMMG, nos diversos níveis, mantêm uma relação hierárquica e vertical de sua estrutura organizacional de acordo com o espaço geográfico ou missão institucional. O conjunto dessas relações da estrutura operacional, previamente estabelecido entre as Unidades nos diversos níveis, denomina-se articulação operacional.
- C.() O Comando de Policiamento Especializado (CPE) é uma Unidade de Execução pertencente à atividade-meio.
- D.() A criação das UEOp especializadas, fica incondicionada a capacidade interna de efetivo e infraestrutura operacional da RPM, tendo em vista que com a criação, o Comando Geral disponibilizará o efetivo, sendo necessário, apenas, para a sua propositura, a presença dos serviços do portfólio destinados ao primeiro e segundo esforços, obrigatoriamente, nas UEOp de responsabilidade territorial.

40ª QUESTÃO – De acordo com Memorando nº 30.127.3/22 – EMPM e o POP nº 1.7.0.042, que trata sobre a utilização das Câmeras Operacionais Portáteis (COP) na PMMG, analise os enunciados abaixo:

- I. A gravação da COP deverá ser interrompida quando pessoas da comunidade queiram denunciar crimes e situações que requeiram intervenção policial e não queiram ser identificadas (colaborador potencial ou atual).
- II. Quando houver submissão de indivíduo a procedimento de busca (pessoal, veicular ou residencial), antes da liberação, recomenda-se que o policial militar questione o abordado se todos os seus pertences se encontram em sua posse e registre este procedimento com a COP.
- III. Caso a COP passe a condição de inoperante durante o atendimento da ocorrência, basta que o policial militar informe ao COPOM sobre a situação.
- IV. Durante o acesso em vestiários e sanitários de uso coletivo, o policial militar deverá retirar a COP e guardá-lo enquanto utiliza as instalações.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A.() II e III, apenas.
- B.() I, II, e IV, apenas.
- C.() I e IV, apenas.
- D.() I, II, III e IV.

41ª QUESTÃO – Conforme prevê a **Instrução nº 8001.2/2022-CG**, que estabelece parâmetros, organiza e disciplina a **Gestão do Desempenho Operacional na Polícia Militar de Minas Gerais - 4ª edição**, os indicadores de desempenho estabelecidos para a Gestão do Desempenho Operacional foram classificados nas seguintes categorias:

- A.() Indicadores de Reforço, Indicadores de Esforço e Indicadores Táticos, sendo que os indicadores táticos buscam aferir, quantitativamente, as ações desenvolvidas pelos gestores operacionais no emprego de ferramentas de mitigação da ocorrência de crimes, bem como, das ações de resposta quando de seu acontecimento.
- B.() Indicadores de Resultado, Indicadores de Esforço e Indicadores Intermediários, sendo os indicadores de esforço aqueles pactuados entre as UDI de atividade-fim e UEOP, os quais deverão ser avaliados por ocasião das reuniões da GDO nos níveis tático e operacional.
- C.() Indicadores de Resultado, Indicadores de Esforço e Indicadores Táticos, sendo os indicadores de resultado aqueles refletem a efetividade ou o impacto das estratégias e ações desenvolvidas pelos órgãos do Sistema de Defesa Social no combate à criminalidade em Minas Gerais.
- D.() Indicadores de Reforço, Indicadores Operacionais e Indicadores Táticos, sendo que os indicadores operacionais são compostos pelo IHC, ICV, IF e IAV.

42ª QUESTÃO – De acordo com o que prevê o **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.01/2020-CG**, que trata da **Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força, o Pensamento Tático** é o processo de análise do cenário da intervenção policial-militar (leitura do ambiente). Nesse sentido, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Enquanto o preparo mental ocorre após a intervenção, o pensamento tático ocorre concomitantemente com a avaliação de riscos, sendo importantes componentes do diagnóstico provável da intervenção.
- B.() O emprego do pensamento tático permite ao policial militar dividir em diferentes níveis de perigo o local onde se encontra ou para onde se dirige (“teatro de operações”), porém não colabora no controle ameaças que possam surgir, tendo em vista que são imprevisíveis.
- C.() Em uma situação de risco iminente, o policial militar deve evitar concentrar toda a sua força e energia para controlar a ameaça pois pode perder a capacidade de percepção do que se encontra à sua volta, recaindo em “visão em túnel”.
- D.() O pensamento tático consiste em mapear as diferentes áreas do “teatro de operações” em função dos riscos avaliados, identificar perímetros de segurança para atuação, priorizar os pontos que exijam maior atenção e tentar interferir no processo mental do agressor, limitando sua ação.

43ª QUESTÃO – De acordo com o **Memorando nº 30.090.2/22 – EMPM** e o **POP nº 1.3.002**, que trata sobre a **intervenção policial em incidentes críticos de ataques a instituições financeiras**, considere a seguinte situação hipotética:

Durante o patrulhamento do 1º Sgt Márvio, foi noticiado via rede de rádio pelo COPOM que diversos indivíduos estariam procedendo a um ataque a agência bancária no centro da cidade, onde os autores realizavam disparos para o alto e na direção dos comércios, enquanto outros invadiram a agência e explodiram o cofre.

Assim, tendo em vista a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa **CORRETA** referente ao procedimento a ser adotado pelo 1º Sgt Márvio.

- A.() Ao visualizar os indivíduos, deverá imediatamente formar uma patrulha (patrulha de incursão) e adentrar a agência bancária para realizar a detenção dos autores.
- B.() Deverá acionar imediatamente os policiais militares que estiverem de folga e/ou à paisana para comparecerem ao local do fato para prestarem apoio.

- C.() Caso a unidade de recobrimento vinculada a área possua atirador designado (devidamente qualificado e com armamento, munição e equipamento adequado), deverá ser acionado ao local da ocorrência, com vistas a proceder disparos seletivos e controlados contra alvos que representem ameaça em curtas e médias distâncias (máximo de 200 metros).
- D.() Atendendo ao sigilo das informações, deverá difundir o sentido de fuga e demais características dos indivíduos somente via rede de rádio da PMMG.

44ª QUESTÃO – O uso diferenciado da força caracteriza-se pelo uso da força de maneira seletiva. Trata-se de um processo dinâmico, no qual o nível de força pode aumentar ou diminuir, em função de uma escolha consciente do policial militar, de acordo com as circunstâncias presentes em uma determinada intervenção. Quanto à classificação dos níveis para o uso diferenciado de força, com base no **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.01/2020-CG, que trata da Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A.() Técnicas de defesa pessoal policial sem ou com o uso de equipamentos, direcionados a regiões vitais do corpo do agressor, são classificados como nível secundário.
- B.() O controle de contato é classificado como uma técnica de menor potencial ofensivo no nível secundário, realizado por meio de posturas de abordagem que orienta a distância e a angulação de aproximação, bem como a posição de mãos e braços do policial militar.
- C.() O cão policial, devidamente treinado e conduzido, é considerado como um recurso equiparado a um instrumento de menor potencial ofensivo, levando-se em conta as mais diversas situações de emprego tático, as circunstâncias de exclusão de antijuridicidade ou crime.
- D.() As variações das posturas e do tom de voz do policial militar dependem da atitude da pessoa abordada. Em situações de risco é necessário o emprego de frases curtas e firmes.

45ª QUESTÃO – No que tange ao emprego de técnicas e táticas policiais básicas, conforme o **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.02/2020-CG, Abordagem a Pessoas**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Entende-se por tática policial o conjunto dos métodos e procedimentos utilizados na execução da atividade policial. O estabelecimento de técnicas visa alcançar a eficiência, segurança e legalidade da atuação policial.
- B.() A disciplina tática consiste na obediência de todos os policiais militares, quando atuando em grupo, ao exercer suas ações, no exato local definido no planejamento de cada atividade.
- C.() Entende-se por técnica policial a forma de se aplicar com eficácia os recursos técnicos que se dispõe, ou de se explorar as condições favoráveis para se atingir os objetivos desejados.
- D.() Para garantir a disciplina tática, todos os policiais militares devem conhecer o local de atuação, ser devidamente credenciados em PEIE e em armas de alta energia, além de aplicar experiências vivenciadas no cotidiano operacional, independentemente dos ensinamentos acadêmicos.

46ª QUESTÃO – Durante o turno de serviço, o Olho Vivo visualizou uma pessoa em situação de rua, aparentemente, realizando uso e consumo de entorpecentes na Praça Oito, no centro da cidade. De imediato, a guarnição composta pelo 1º Sargento Mévio e Cb Tício se prontificaram a verificar a situação. Ao ser abordado, foi visualizado pelo Cb Tício que o indivíduo estava com uma faca em sua cintura. Iniciada a verbalização para que o indivíduo se postasse em posição de contenção, o suspeito se manteve cooperativo, acatando as ordens. Diante dessa situação hipotética, marque a alternativa **CORRETA**, com base no que prevê o **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.02/2020-CG, Abordagem a Pessoas e Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.01/2020-CG que trata da Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força**:

- A.() A guarnição deve se aproximar imediatamente do autor e tentar retirar a faca de sua cintura, de forma a surpreendê-lo e diminuir o risco da abordagem.

- B.() Na abordagem, deverão ser divididas as funções de verbalizador e segurança, tendo em vista que, conforme previsto no Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.02/2020-CG não é correto acumular essas funções.
- C.() Tendo em vista que o suspeito estava com uma faca em seu corpo, deverá ser determinado, de imediato, que o suspeito se coloque na posição de contenção 3 ou 4 (ajoelhado ou deitado). Os policiais deverão manter a arma abordagem com a arma na posição 2, 3 ou 4 de acordo com avaliação de riscos e manterão uma distância de segurança.
- D.() Considerando a arma letal de posse do autor, a guarnição deverá efetuar disparos de arma de fogo contra o suspeito, com o objetivo imediato de fazer cessar a ameaça ou repelir a injusta agressão.

47ª QUESTÃO – A Instrução Nº 3.03.24/2018-CG define incidentes críticos de segurança pública como fenômenos sociais complexos de quebra da normalidade que, por colocarem a vida dos cidadãos em risco, exigem a intervenção especial da polícia. Diante de um incidente crítico, vários componentes operacionais são necessários para intervenção. Nesse sentido, relacione a primeira coluna com os conceitos da segunda coluna e a seguir marque a alternativa que indica a sequência **CORRETA**.

- | | | |
|----------------------------------|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| I. Primeiro Interventor | () | Oficial da Unidade Especializada de Polícia/BOPE. É a autoridade técnica responsável pela coordenação, controle e avaliação das equipes táticas na cena de ação. O gestor do incidente crítico, assessora tecnicamente o comandante da cena de ação na tomada de decisão e elabora, juntamente com este e os líderes das equipes táticas, os planos que serão implementados no processo de resolução do incidente. |
| II. Controlador do Incidente | () | Profissional de Segurança Pública com poder de coordenação e controle dos recursos logísticos e talentos humanos locais. É o responsável por redefinir o isolamento e implementar medidas de proteção e segurança. |
| III. Gestor do Incidente Crítico | () | Oficial comandante da Unidade com responsabilidade territorial ou Oficial de maior posto que se encontre na Cena de Ação e na função de coordenação e controle. Responsável pela tomada de decisão. É a autoridade de linha (hierárquica). |
| IV. Comandante da Cena de Ação | () | Profissional de Segurança Pública que se depara com o incidente crítico e toma as ações iniciais de resposta, tais como isolamento e preservação do local, coleta de dados importantes e seleção de testemunhas. |

Marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, na ordem de cima para baixo:

- A.() II, III, IV, I.
- B.() II, I, III, IV.
- C.() III, II, IV, I.
- D.() IV, I, III, II.

48ª QUESTÃO – Com base na Instrução Nº 3.03.24/2018-CG, regula a atuação do Primeiro Interventor em ocorrências de incidentes críticos de segurança pública de natureza policial, analise as assertivas abaixo julgando-as como **Falsas (F)** ou **Verdadeiras (V)** e, a seguir, responda o que se pede.

- () O perímetro tático imediato é conhecido como perímetro interno ou zona vermelha. Ele é o cordão de isolamento que circunda o ponto crítico e somente podem permanecer no interior o perpetrador do incidente crítico, o refém ou suicida e os policiais integrantes das equipes táticas de resposta imediata do BOPE.
- () Em um incidente crítico de natureza policial com pessoas, o *sniper* sempre se posicionará no perímetro tático externo, em razão do longo alcance do armamento utilizado caso seja necessário neutralizar o perpetrador.
- () Na cena de ação, a imprensa deverá se posicionar no perímetro tático mediato, tendo em vista que representa um local de maior segurança e impede que pessoas externas interfiram no andamento da ocorrência.

- () O planejamento das ações na cena de ação depende de informações precisas sobre os perpetradores, as vítimas, as instalações e as armas. É necessário que o primeiro interventor e o controlador do incidente ajudem a levantar os dados.

Marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** de cima para baixo:

- A.() F, V, F, V.
B.() V, F, V, F.
C.() F, V, V, V.
D.() V, F, F, V.

49ª QUESTÃO – De acordo com a **Instrução Nº 3.03.21/2017- CG 2ª Edição Revisada, que regula o emprego das Bases do Projeto Segurança Comunitária, vinculado ao Programa Mais Segurança do Governo de Minas Gerais**, analise as assertivas abaixo, julgando-as **Falsas (F)** ou **Verdadeiras (V)** e, a seguir, responda o que se pede.

- () O período de emprego da Base será de 14h00min a 23h30min, totalizando nove horas e trinta minutos de efetivo serviço no posto, em turno único, não se computando o tempo destinado à chamada, instrução, montagem de equipamentos e deslocamentos.
- () Os motociclistas deverão, obrigatoriamente, usar os equipamentos de proteção individual disponíveis, previstos na Instrução. Na falta dos equipamentos de proteção individual, o efetivo de motociclistas vinculado à Base poderá ser empregado em viatura quatro rodas, mediante avaliação e autorização expressa do Comandante Geral.
- () As ocorrências de registro posterior e/ou aquelas em que não haja condução de presos ou apreensão de material, ocorridas no respectivo Setor e atendidas inicialmente por outras viaturas do turno, poderão ser encaminhadas à Base para a confecção do REDS, após avaliação do CPU, a fim de liberá-las para o radiopatrulhamento.
- () Considerando a padronização estabelecida pela Instrução Nº 3.03.21/2017- CG 2ª Edição Revisada, o período de emprego da Base não poderá ser estendido para mais de um turno de serviço, em nenhuma hipótese.

Marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** de cima para baixo:

- A.() F, V, V, F.
B.() V, F, V, F.
C.() F, V, F, V.
D.() F, F, V, F.

50ª QUESTÃO – O **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.01/2020-CG, que trata da Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força**, estabelece que na atividade operacional, a ação de usar ou empregar armas de fogo tem um entendimento prático específico que a diferencia, em termos de nível de força aplicado, da ação de disparar ou atirar. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo e posteriormente marque a alternativa **CORRETA**.

- I. Os verbos usar ou empregar arma de fogo devem ser entendidos como antônimos, diferenciando no que tange à forma de empunhar, apontar sua arma na direção da pessoa abordada ou dispará-la.
- II. O fato de o policial militar somente portar a arma no coldre, como parte do seu equipamento profissional, não será considerado “uso” ou “emprego” de arma de fogo. Ao contrário da condução armas longas em posição de bandoleira que será interpretado como “uso” ou “emprego”.
- III. Deve-se evitar iniciar a abordagem com a arma na posição 4, porque além de demonstrar agressividade, não há flexibilidade de evolução para um nível superior de força que não seja efetuar o disparo, correndo ainda o risco de disparo acidental com graves consequências.

- IV. Ao ser empregada na posição 2 (arma em guarda-baixa), a arma de porte já empunhada, fora do coldre, deverá estar destravada, posicionada na altura do abdome e num ângulo de 45°, cano voltado para o solo e dedo fora do gatilho. Com armas portáteis, em bandoleira, devidamente empunhada com as duas mãos, travada, com a coronha apoiada no ombro, estando a arma posicionada, em relação ao operador, num ângulo de 45°, cano voltado para o solo e dedo fora do gatilho.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() Apenas a assertiva III é verdadeira.
B.() Apenas a assertiva II é verdadeira.
C.() Apenas a assertiva IV é falsa.
D.() Todas as assertivas são verdadeiras.

-----corte aqui-----

RASCUNHO DO GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50